

Tomando Decisões Bíblicas

LIÇÃO
UM

ÉTICA NAS ESCRITURAS



THIRD MILLENNIUM
MINISTRIES

Biblical Education. For the World. For Free.

Para vídeos, guias de estudos e outros recursos, visite Third Millenium Ministries em thirdmill.org.

© 2012 by Third Millennium Ministries

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millennium Ministries, Inc. P.O. Box 300769, Fern Park, Florida 32730-0769.

A menos que outra versão seja indicada, as citações são da Nova Versão Internacional.

SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a prover ***Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo***. Em resposta à crescente necessidade mundial de uma profunda formação bíblica de liderança cristã, estamos desenvolvendo e distribuindo um currículo de seminário focando principalmente líderes cristãos que não tem acesso a materiais de treinamento. Ao criar um currículo de seminário multimídia que é mantido por meio de doações, fácil de usar e em 5 idiomas (inglês, espanhol, russo, mandarim chinês e árabe), Third Millennium tem desenvolvido um método efetivo e econômico para treinar pastores e líderes cristãos ao redor do mundo. Todas as lições são escritas, desenhadas e produzidas em nossos escritórios, e são similares em estilo e qualidade às do The History Channel©. Em 2009 Third Millennium ganhou dois Prêmios Telly por sua destacável produção vídeográfica no *Uso de Animação e Educação* e nosso currículo está atualmente sendo usado em mais de 150 países. Nossos materiais estão disponíveis em DVD, impressos, internet, transmissão de televisão via satélite e produção para rádio e televisão.

Para mais informação acerca de nosso ministério e de como você pode nos apoiar, visite <http://thirdmill.org>.

Conteúdo

I. Introdução	4
II. Definição	4
A. Deus e suas Bênçãos	4
1. Natureza Divina	5
2. Ações Divinas	5
B. Amplitude das Questões Éticas	6
C. Profundidade das Questões Éticas	7
III. Conceito Tripartido	8
A. Motivo Correto	9
1. Fé	10
2. Amor	10
B. Padrão Correto	11
1. Mandamentos	11
2. Todas as Escrituras	12
3. Revelação Geral	13
C. Meta Correta	13
IV. Processo Tripartido	14
A. Tendências	15
B. Perspectivas	15
1. Situacional	16
2. Normativa	17
3. Existencial	18
C. Interdependência	19
V. Conclusão	20

I. INTRODUÇÃO

Eu creio que todo cristão concordaria que a Ética está em crise em nossos dias, não só no mundo, entre os incrédulos, mas também na igreja. Os incrédulos tomam mil direções tentando entender a diferença entre certo e errado. Até mesmo cristãos bem intencionados diferem grandemente quando o assunto é a vida ética ou moral. Eu tenho conhecido alguns cristãos que parecem ter pouquíssimas convicções morais, e eu tenho encontrado outros cristãos que parecem ter respostas simples para cada questão ética. Suponho que quanto mais o tempo passa, mais convicto eu fico de que uma das nossas maiores necessidades hoje é encontrar uma forma de entender como as Escrituras aplicam-se às nossas vidas, de como nós deveríamos pensar, agir e sentir; uma maneira de tomar decisões bíblicas.

Esta série sobre “Como Tomar Decisões Bíblicas” é a primeira em nosso curso sobre ética cristã. Nesta série, focaremos no processo que a Bíblia nos ensina a seguir quando tomamos decisões sobre todos os tipos de coisas nas nossas vidas. Nós chamamos esta primeira lição de “ética na Escritura”.

Nós iniciaremos esta série, primeiro estabelecendo uma definição bíblica de ética cristã; depois, examinando os três critérios bíblicos das boas obras, e finalmente sugerindo os contornos básicos de um processo bíblico tripartido para tomar decisões éticas. Vamos começar definindo o conceito de ética cristã.

II. DEFINIÇÃO

Quase todas as pessoas em todos os lugares têm sistemas éticos. Diferentes religiões, culturas, sociedades e indivíduos variam nas formas como eles determinam o que é ético, e eles frequentemente chegam a conclusões radicalmente diferentes a respeito de que comportamentos ou ideais deveriam ser aprovados e quais deveriam ser censurados. O campo de estudo que investiga estes diferentes sistemas e suas conclusões é geralmente chamado de “ética”.

Em termos gerais, a ética é “o estudo das questões morais de certo e errado, o estudo do que é bom e do que é mal. Esta definição será o bastante como uma orientação básica com respeito à ética, mas nestas lições não estamos tão interessados em um estudo amplo da ética como estamos particularmente interessados no ponto de vista cristão ou bíblico da ética. Então, nós trabalharemos com a definição que é um pouco mais estreita. Definiremos a ética cristã como:

“Teologia, vista como um meio de determinar quais pessoas humanas, atos e atitudes recebem a bênção de Deus e quais não recebem”.

A fim de entender a importância da nossa perspectiva sobre ética cristã, veremos três aspectos desta definição. Primeiro, nós observaremos como atrair a atenção de Deus e suas bênçãos. Em segundo lugar, nós veremos a amplitude das questões que estão incluídas na ética cristã. E em terceiro lugar, nós tomaremos nota de como a ética cristã vai além de meras ações.

Considere primeiro o foco de nossa definição sobre ética como algo de Deus e suas bênçãos.

DEUS E SUAS BÊNÇÃOS

Diferente de muitos outros sistemas éticos, nossa definição se enfoca em Deus e em suas bênçãos em vez de usar termos como “bem e mal” ou “certo e errado”. Aquelas coisas que recebem

as bênçãos de Deus são boas e corretas, enquanto aquelas coisas que não recebem suas bênçãos são erradas e más.

Quais são as implicações de focar em Deus e sua bênção desta maneira?

Ao focar em Deus e sua bênção desta forma nós queremos dizer duas coisas: Primeiro, a natureza de Deus é o padrão de moralidade. E segundo, as ações de Deus demonstram o padrão de moralidade. Vejamos estas duas ideias com um pouco mais detalhadamente.

A Natureza Divina

Primeiro, nós afirmamos que o próprio Deus é o autor do padrão de certo e errado, bem e mal. Ao dizer isto, negamos que a moralidade definitiva seja um padrão fora de Deus, ao qual, ele mesmo deveria cumprir para ser considerado bom.

Em vez disso, nós insistimos que Deus não se submete a qualquer padrão fora dele mesmo, e que tudo que está de acordo com seu caráter é bom e certo, enquanto tudo que não está é mal e errado.

Considere estas ideias à luz do ensino de João em 1 Jo 1.5-7:

“Deus é luz, e não há nele treva nenhuma. Se dissermos que mantemos comunhão com ele e andarmos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado.”

Esta metáfora de Deus como luz é primeiramente uma avaliação moral.

As trevas simbolizam o pecado e as mentiras, e a luz simboliza a verdade e a ausência do pecado. É uma figura de Deus como perfeitamente livre do pecado em sua própria natureza. E é uma descrição do pecado como aquilo que é estranho à natureza de Deus.

À luz dessas passagens e outras como estas, somos obrigados a ver a natureza de Deus como o padrão e modelo de bondade e justiça. E pelas mesmas razões, somos obrigados a condenar como pecaminosas, más e erradas aquelas coisas que se opõem à Sua natureza.

A segunda coisa que queremos dizer ao focarmos em Deus e sua bênção é que as ações de Deus demonstram o padrão de moralidade.

Ações Divinas

Uma das principais maneiras que Deus mostra sua aprovação para o que é correto e bom é concedendo bênçãos. Da mesma maneira, Ele mostra seu ódio pelo que é errado e mal retendo bênçãos e derramando maldições. Nós vemos este princípio em ação inúmeras vezes em toda a Bíblia.

Por exemplo, ao explicar os termos de seu pacto com Israel em Levítico 26.3, Deus ofereceu derramar bênçãos sem fim sobre eles com a condição de que eles:

Se andardes nos meus estatutos, guardardes os meus mandamentos e os cumprirdes...

Mas no princípio do versículo 14 do mesmo capítulo lhes ameaçou com terríveis maldições Se eles não obedecessem a sua palavra. Veja a maneira como ele apresentou essas maldições em Levítico 26.14-16:

Mas, se me não ouvirdes e não cumprirdes todos estes mandamentos; se rejeitardes os meus estatutos, e a vossa alma se aborrecer dos meus juízos, a ponto

de não cumprir todos os meus mandamentos, e violardes a minha aliança, então, eu vos farei isto: porei sobre vós terror, a tísica e a febre ardente, que fazem desaparecer o lustre dos olhos e definhar a vida...

As maldições neste capítulo correm por muitos versículos, cada uma mais terrível que a anterior. Mas o ponto é que Deus ameaça com essas maldições aqueles que se recusam obedecer a seus mandamentos e desprezam o relacionamento da aliança. Em nenhuma parte desta passagem Deus proclama que desobedecer é perverso, mau ou errado. No entanto, essa é a única conclusão que nós podemos chegar baseado nos horríveis julgamentos com que ele ameaça aqueles que se voltam contra Ele.

Conforme analisamos as Escrituras sobre as maneiras como Deus tem revelado os padrões de bom e mal, descobrimos que muitas vezes a Bíblia comunica o certo e errado ao registrar as reações de Deus em vez de explicitamente rotular as coisas como boas ou más. Quando prestamos atenção nas bênçãos e maldições de Deus, descobrimos que o aspecto ético de muitos textos se torna mais claro.

Além de focar em Deus e suas bênçãos, nossa definição de Ética Cristã destaca a amplitude das questões do tema da ética. Quando usamos o termo “Ética”, não é só um ramo da teologia; é o aspecto central de toda a teologia e toda a vida cristã.

AMPLITUDE DAS QUESTÕES ÉTICAS

No passado, a ética era vista como uma subdivisão da teologia que tratava sobre as questões morais práticas. A Ética Cristã era normalmente ensinada como se fosse apenas uma das muitas disciplinas teológicas. Neste antigo modelo, muito da teologia podia ser feito com pouco ou nenhum interesse por Ética. Como resultado, os professores de Ética normalmente tocavam em certos aspectos da teologia e da vida.

Ao contrário disso, nossas definições enfatizam que a Ética Cristã toca cada aspecto da vida cristã. Ética é “a teologia vista como um meio para determinar o que é bom mau”.

De uma maneira ou de outra, cada disciplina teológica e cada aspecto dela, lida com as bênçãos de Deus sobre o bem e maldições sobre o mal. Cada disciplina da teologia nos obriga a crer em certos fatos, fazer certas coisas e sentir certas emoções. E porque é certo crer, fazer e sentir estas coisas e errado não fazê-las, toda a teologia envolve o estudo do certo e do errado. Toda a teologia envolve a ética.

Agora, além disso, a Ética Cristã toca em cada área da vida. A teologia em si não se resume a uma pequena área da vida. No terceiro capítulo do meu livro “A doutrina do conhecimento de Deus”, defino “a teologia” como “a aplicação da palavra de Deus a todos os aspectos da vida”. Em outras palavras, a teologia não é apenas reflexo de Deus e Sua palavra, mas um reflexo que traz consigo sua aplicação. Nada permanece fora dos padrões morais de Deus.

Considere esta abordagem sobre a ética e a teologia à luz de 2 Timóteo 3.16-17:

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra.

Ensinar, repreender, corrigir e instruir resumem a maneira como aplicamos as Escrituras às nossas vidas. Poderíamos parafrasear esta passagem dizendo como “Toda a Escritura é útil para

teologia a qual prepara o homem de Deus para fazer o que é moralmente correto em cada parte de sua vida”. Em poucas palavras, a Ética Cristã toca cada área da vida.

Além de focar em tudo que envolve o tema da ética, nossa definição não se refere apenas à conduta como é comum em muitos sistemas éticos, mas também às atitudes e natureza de cada indivíduo. Nossa definição de Ética Cristã ressalta quais são as ações e atitudes dos homens que recebem bênçãos e quais não recebem. Os padrões morais de Deus nos tornam responsáveis nas nossas ações, nos pensamentos e inclinações de nosso coração e em nossa própria natureza.

PROFUNDIDADE DAS QUESTÕES ÉTICAS

Agora, nós podemos dizer com certeza que a Bíblia enfatiza a boa conduta. E geralmente para a maioria das pessoas é óbvio que as ações podem ser devidamente consideradas certas ou erradas, por isso não passaremos muito tempo explicando a razão de incluir a conduta nesta definição. Mas nós também devemos lembrar que as Escrituras vêem as atitudes como moralmente certas ou erradas. Muitos crentes bem intencionados pensam que nossas atitudes e emoções são amorais. Isto é, que não são nem boas nem más. Mas as Escrituras demonstram uma e outra vez que nossos sentimentos podem ser confirmados como moralmente corretos ou denunciados como moralmente errados. Posto que a Bíblia ensina os cristãos a conformar cada aspecto de suas vidas e de seu ser aos padrões morais de Deus, a ética cristã deve dirigir-se não só à conduta senão também às emoções, orientações, predileções, inclinações, preferências, pensamentos, imaginações, crenças e nossa própria natureza. Por exemplo, em Mateus 5.22 Jesus ensinou que:

Todo aquele que se irar contra seu irmão será culpado de juízo.

E em Mateus 5.28 disse que:

Todo aquele que olhar para uma mulher para cobiçá-la, e já adulterou com ela em seu coração.

Em ambos os casos, Jesus condenou como pecaminosas as emoções e atitudes do coração, independentemente de se elas no final motivaram a ação da pessoa. Na verdade, ele ensinou que estas atitudes violavam os mesmos mandamentos que proíbem as ações pecaminosas.

Considere também como ele descreve o coração humano em Marcos 7.21-23:

Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. Ora, todos estes males vêm de dentro e contaminam o homem.

Não apenas as atitudes más são moralmente erradas em si mesmas, mas também o é a raiz das ações más.

Seguindo as Escrituras, também falaremos de pessoas moralmente boas e más. O mau comportamento flui de um coração mau, um coração mau flui de uma natureza má. Por esta razão, se queremos agradar a Deus, não é suficiente que nossas ações e atitudes sejam moralmente boas. Também devemos ser essencialmente pessoas boas; devemos ter naturezas boas.

As escrituras tratam deste aspecto de nosso ser em Romanos 8.5-9, onde Paulo escreveu:

Porque os que se inclinam para a carne cogitam das coisas da carne; mas os que se inclinam para o Espírito, das coisas do Espírito... Por isso, o

pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar... Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós.

Em resumo, todos os incrédulos “vivem segundo a carne”; têm uma natureza má e, por conseguinte suas ações e atitudes também são más. Paulo identificou a natureza caída como a fonte de uma mente hostil a Deus e que não se submete nem pode submeter-se à lei de Deus

Diferente dos incrédulos, os crentes são habitados pelo Espírito Santo. E quando ele escreveu sobre aqueles que vivem de acordo com o Espírito, se referiu aos crentes os quais têm uma nova natureza porque o Espírito Santo habita neles. Isto significa que os crentes têm um antídoto contra a natureza caída e possuem a habilidade de se conformar aos padrões éticos de Deus.

Assim, quando falamos de Ética Cristã como “teologia, vista como um meio de determinar quais pessoas humanas, atos e atitudes recebem a bênção de Deus e quais não recebem”, nós queremos dizer pelo menos três coisas. Primeiro, Deus é o próprio padrão de ética. Somente Ele é a regra pela qual certo e errado são medidos. Segundo, toda a teologia, mesmo toda a vida, têm dimensões éticas. Terceiro, os padrões morais de Deus nos tornam responsáveis por nossas ações, pensamentos e inclinações de nossos corações e nossas próprias naturezas.

Agora que definimos o que queremos dizer quando falamos de Ética Cristã, devemos voltar nossa atenção para o critério tripartido bíblico para aquilo que é eticamente bom.

III. CRITÉRIO TRIPARTIDO

Uma maneira muito útil de analisar o ensino bíblico sobre esta complexa questão é ver como a Confissão de Fé de Westminster define as boas obras dos incrédulos. Veja o capítulo 16, parágrafo 7 onde a Confissão de Fé de Westminster faz importantes distinções a respeito das boas obras realizadas pelos incrédulos.

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a si mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus.

Desde o início, vemos aqui que a confissão de Westminster admite devidamente que há um sentido em que os incrédulos fazem as coisas que Deus manda. E reconhece ainda, que as ações dos incrédulos podem produzir resultados bons e benéficos para eles e para os outros. Em outras palavras, em um sentido os incrédulos podem fazer coisas que parecem estar dentro de nossa definição de uma vida ética; ações que trazem a bênção de Deus.

Sobre esta questão, as Escrituras concordam. Por exemplo, em Mateus 7.9-11 o Senhor falou estas palavras:

Ou qual dentre vós é o homem que, se porventura o filho lhe pedir pão, lhe dará pedra? Ou, se lhe pedir um peixe, lhe dará uma cobra? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará boas coisas aos que lhe pedirem?

É muito comum para as pessoas em geral fazer algumas coisas que são externamente boas, tais como amar e manter seus filhos. Na verdade, será difícil encontrar alguma pessoa que nunca

tenha feito, alguma vez, algo que externamente se parecia com as obras que Deus aprova ou que nunca manteve uma atitude semelhante àquelas que inspiram as bênçãos de Deus. Então, há um sentido superficial em que até mesmo os incrédulos podem fazer coisas que Deus ordena e beneficiar-se delas.

No entanto, a Confissão de Fé de Westminster corretamente não permite que este tema permaneça neste ponto. Pelo contrário, assinala que as ações aparentemente virtuosas que os incrédulos realizam não são o que parecem ser. Observe que a Confissão diz que estas ações “são pecaminosas”, elas “não podem agradar a Deus” ou “tornar alguém digno de receber a graça de Deus”.

Ainda que possamos aplaudir os incrédulos quando eles exteriormente atendem aos mandamentos de Deus, devemos lembrar que eles não são verdadeiramente virtuosos. Eles não são bons o suficiente para agradar a Deus ou para ganhar a bênção da salvação. Mas por que isso acontece? Como podem estas ações se ajustar aos mandamentos de Deus sendo ainda pecaminosas?

Como veremos a obediência aos mandamentos de Deus deve ser feita pelo motivo correto. Segundo, deve ser feito de acordo com o padrão correto, de acordo com a maneira prescrita na Escritura. E em terceiro lugar, deve ser feita com o objetivo correto em mente, ou seja, glorificar a Deus. Em resumo, a menos que uma obra seja feita com o propósito correto, em conformidade com o padrão correto e pelo objetivo correto, esta não é uma obra que Deus recompensará com bênçãos. Em primeiro lugar, vejamos mais de perto o motivo apropriado.

MOTIVO CORRETO

A menos que uma obra seja feita com o motivo correto, não é uma obra que Deus recompensará com bênçãos. Primeiro, ela deve proceder de um coração purificado pela fé. Segundo, as ações devem fluir do amor cristão.

Fé

Nas palavras da Confissão de Fé de Westminster, as obras que “procedem de um coração não purificado pela fé são pecaminosas e não podem agradar a Deus”. Este critério do motivo correto está estritamente associado com a forma em que nossa definição de Ética Cristã se enfoca nas pessoas boas com naturezas boas. Como já dissemos, somente os crentes, que foram habitados pelo Espírito Santo, podem fazer obras que Deus recompensa com bênçãos. Uma razão para isso, é que somente os crentes têm corações que foram “purificados pela fé”. Aqui a Confissão está falando do Deus doador da fé salvadora que permanece e cresce dentro dos crentes. Esse é o meio de purificação através do qual os crentes recebem naturezas novas e boas. E isso motiva os crentes a adequadamente fazer boas obras.

Como Tiago escreveu no capítulo 2, versículos 14-20:

Qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras? Pode, acaso, semelhante fé salvá-lo?... Assim, também a fé, se não tiver obras, por si só está morta... Queres, pois, ficar certo de que a fé sem as obras é inoperante?

O tipo de fé que purifica o coração, “o tipo de fé que salva”, é o tipo de fé que motiva as boas obras. Esta é a fé que pertence aos crentes e somente aos crentes.

Veja a forma como o autor de Hebreus trata a questão em Hebreus 11.6:

Sem fé é impossível agradar a Deus, porquanto é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que se torna galardoador dos que o buscam.

A menos que nossos esforços por buscar as bênçãos de Deus estejam embasados na fé, não podemos agradar a Deus e, portanto, ser recompensados por Ele. Em outras palavras, sem a fé como um de nossos motivos, não podemos fazer boas obras.

A declaração de Paulo desta doutrina é talvez a mais clara e mais precisa em toda a Escritura. Em Romanos 14.23 ele escreveu:

Tudo o que não provém de fé é pecado.

As ações devem fluir da fé salvadora se é pra agradar a Deus com elas como boas obras.

Além da necessidade de fé salvadora, a Escritura também enfatiza o tema do motivo adequado ao focar-se tanto sobre o amor cristão.

Amor

Considere que em 1 Coríntios 13 Paulo ensinou que nossas obras são inúteis se não forem motivadas pelo amor. Nos versículos 1-3 ele escreveu:

Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa ou como o címbalo que retine. Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tamanha fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei. E ainda que eu distribua todos os meus bens e ainda que entregue o meu próprio corpo para ser queimado, se não tiver amor, nada disso me aproveitará.

As obras e até mesmo os dons espirituais que produzem resultados benéficos não merecem nenhuma recompensa se eles não forem motivados pelo amor. E como nós já vimos, as coisas que não merecem nenhuma recompensa não são boas aos olhos de Deus.

Vemos também esta preocupação na maneira em que Jesus resumiu a revelação de Deus nas Escrituras em Mateus 22.37-40:

Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas.

Rejeitar a lei de Deus é rejeitá-lo, que se oferece a nós em uma relação de aliança, e desobedecer a sua lei é pecar. Aqui Jesus nos ensina que a própria lei e o resto do Antigo Testamento também requerem acima de todas as coisas que amemos ao Senhor e ao nosso próximo.

O amor é um aspecto que encontramos em cada lei que Deus nos manda obedecer. Assim, se não agimos em amor nenhuma obra que façamos pode se ajustar ao seu padrão. E o que torna ainda mais difícil de se ajustar ao padrão de Deus é que nosso amor deve ser para Deus e nosso próximo. Incrédulos não amam a Deus, eles se opõem a Ele. E como resultado eles nunca podem ser motivados

pelo amor a Deus. Em outras palavras, eles nunca podem ter um motivo correto. Por causa disso, eles nunca podem fazer nada que Deus considere em último sentido ser bom.

Além de assinalar que as obras devem fluir de motivos corretos, a Confissão de Fé de Westminster também afirma que as obras devem ajustar-se ao padrão correto.

PADRÃO CORRETO

Ouçã as palavras do capítulo 16, parágrafo 7 novamente.

As obras feitas pelos não regenerados podem ser coisas que Deus ordena e de utilidade tanto para eles como para outros. Contudo, porque não são feitas de maneira correta de acordo com a palavra são, portanto, pecaminosas.

Aqui a Confissão enfatiza que para as obras sejam boas, devem ser feitas de acordo com o padrão da palavra de Deus, isto é, a revelação de Deus.

Para apresentar nossa análise do padrão correto, mencionaremos três questões. Primeiro, os mandamentos das Escrituras. Segundo, todas as Escrituras. E terceiro, a revelação geral, a criação em si.

Mandamentos

Em primeiro lugar, todos os mandamentos da Escritura têm o propósito de nos guiar. Ouça como João resumiu esta ideia em 1 Jo 3.4:

Todo aquele que pratica o pecado também transgride a lei, porque o pecado é a transgressão da lei.

Note que quando João disse isso ele não ensinou simplesmente que todo aquele que transgride a lei comete pecado como se, como se a transgressão fosse apenas um dos muitos tipos de pecado.

Em vez disso, ele diz que todos os que pecam, são culpáveis de desobediência, manifestando que todo pecado envolve desobediência. Todo pecado viola a lei de Deus.

Aqui as palavras de João são categóricas e colocam a importância do padrão adequado nos termos mais fortes possíveis. Mas hoje devemos perceber que muitos crentes pensam que é possível que algumas violações da lei de Deus não sejam pecado, que certos mandamentos de Deus podem ser ignorados. Bem, Tiago tratou sobre esta questão no capítulo 2, versículos 9 e 10 de sua carta:

Se, todavia, fazeis acepção de pessoas, cometeis pecado, sendo argüidos pela lei como transgressores. Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos.

Claramente, algumas violações da lei são pecado como mostrar favoritismo, tal como Tiago mencionou. Tiago então continuou dizendo que violar qualquer mandamento particular da lei significava violar todos os mandamentos da lei. Porque a lei é um todo unificado que reflete o caráter de Deus e sua natureza, transgredir qualquer parte dela é, em algum sentido, transgredir toda a lei e é pecar contra o próprio Deus. Portanto, se qualquer violação da lei é pecado, todas as violações da lei são pecado.

Agora, analisaremos esta questão de forma mais aprofundada nas lições futuras. Mas a princípio, devemos fazer aqui uma firme distinção entre a lei de Deus e sua aplicação. De uma perspectiva bíblica, cada lei está ainda vinculada aos seguidores de Cristo. Mas o processo de aplicação é complexo. Tão complexo que a obediência em uma situação pode parecer muito diferente da obediência em outra situação.

Agora, nós deveríamos enfatizar que não estamos defendendo o relativismo. Não é verdade que a Bíblia significa coisas diferentes para diferentes pessoas, e que todos esses significados são igualmente válidos. Pelo contrário, a Bíblia significa o que Deus diz que significa, o que seus autores originais quiseram que significasse. A palavra de Deus é nosso padrão obrigatório e não podemos distanciarmos dela. Portanto, temos argumentos para dizer que todas as boas obras devem concordar com o padrão de lei bíblica.

Toda a Escritura

Em segundo lugar, o padrão adequado requer submissão à Bíblia inteira. A Confissão de Fé de Westminster não apenas diz que a lei de Deus é um critério de todas as boas obras, mas também que a Palavra de Deus em sua totalidade um critério das boas obras.

Isto significa que as boas obras devem ser feitas de acordo com o ensino de toda a revelação, especialmente a Escritura, incluindo aquelas porções que não são formalmente parte da lei. Considere, por exemplo, que até mesmo a própria lei apela à outras partes da Escritura como base para seus mandamentos.

Por exemplo, nos dez mandamentos, o mandamento sábatico apela ao relato da criação como a base de sua autoridade. Em Êxodo 20.9-11 nós lemos:

“Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus... porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra... mas no sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou.”

Neste ponto, os próprios dez mandamentos estabelecem sua autoridade moral nas implicações morais do relato da criação.

Jesus fez algo parecido quando ele defendeu a tão chamada quebra do Sábado pelos discípulos baseando-se no comportamento de Davi. Ouça a forma como ele respondeu aos fariseus em Mateus 12.3-4:

“Não lestes o que fez Davi quando ele e seus companheiros tiveram fome? Como entrou na Casa de Deus, e comeram os pães da proposição, os quais não lhes era lícito comer, nem a ele nem aos que com ele estavam, mas exclusivamente aos sacerdotes?”

Jesus aprovou as ações de Davi e extraiu uma aplicação moral delas. E fez isto ainda que este evento não fosse parte do código legal. Assim, nós vemos na Bíblia que não só a lei é tratada como o padrão para as boas obras, mas também as outras porções. Mas isto não deveria nos parecer estranho. Afinal, anteriormente nesta lição lemos em 2 Timóteo 3.16-17:

“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra.”

Paulo não limita os aspectos morais das Escrituras às partes que contêm mandamentos e códigos legais. Em vez disso, ele insistiu que toda a Escritura é útil para a instrução ética, que todas as Escrituras impõem demandas morais sobre nós. Portanto, se nossas ações não de ser moralmente boas, devem se ajustar aos padrões de toda a Escritura.

Mas, nós também insinuamos que a palavra de Deus é ainda mais ampla que as Escrituras. Em um sentido muito importante, a revelação de Deus na própria criação é parte de sua Palavra. Assim, aquela revelação de Deus dada através da criação que é comumente chamada de Revelação Geral, também é parte do padrão para as boas obras.

Revelação Geral

Um dos lugares mais claros em que encontramos esta ideia na Escritura é Romanos 1.20. Aqui Paulo escreveu:

“Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são, por isso, indesculpáveis”.

Paulo então vai além para sustentar que, apesar dos homens saberem sobre o padrão moral de Deus através da revelação geral, eles preferem pecar.

Mas o ponto é o seguinte: As ações dos homens são condenadas porque elas violam os padrões revelados pela revelação geral de Deus. Ou, colocando nos termos que temos usado, a revelação geral é parte da palavra de Deus e parte do critério ao qual as boas obras devem ajustar-se. Assim, para recapitular o que temos dito, as Escrituras ensinam que as boas obras devem se ajustar à palavra de Deus como revelado na lei em toda a Escritura e na criação.

Além de necessitar da motivação correta e se ajustar aos padrões da palavra de Deus, todas as boas obras devem ter o fim ou objetivo correto.

META CORRETA

Agora, as boas obras podem ter um sem número de objetivos imediatos. Por exemplo, quando os pais ganham dinheiro para pagar a comida, casa e roupa, sua meta imediata é sustentar eles mesmos e suas famílias. Esta é uma meta boa e admirável. Mas em nosso estudo da ética estamos mais interessados na meta final das obras que as pessoas fazem.

Se nossas obras são para agradar a Deus, as metas imediatas, como cuidar de nossas famílias, obedecer a nossos pais, guardar o Shabbath e coisas assim, devem ser parte de um quadro maior. Devemos fazer estas coisas porque, em essência, queremos glorificar a Deus ao viver de uma forma que o agrade.

A escritura nos ensina de muitas maneiras diferentes que a glória de Deus é o objetivo central, fundamental em nossas vidas, isto é, com exemplos específicos e princípios gerais.

Um desses exemplos aparece nas instruções de Paulo sobre comer carne vendida no mercado. Paulo disse que comer e abster-se de comer poderiam ser ambas as coisas boas sempre que a glória de Deus fosse respeitada.

Ele escreveu estas palavras em 1 Coríntios 10.31:

“Quer comais, quer bebais ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus.”

Paulo entendeu que algumas metas imediatas poderiam fazer com que comer fosse bom, enquanto que outras metas imediatas poderiam fazer que abster-se de comer fosse bom. Seu ponto era que deve haver outro princípio que anule essas metas imediatas, ou seja, a preocupação pela glória de Deus, e que a menos que esta meta última esteja em vista, nem comer nem abster-se poderia ser considerado bons.

Pedro disse algo semelhante quando ele instruiu seus leitores a respeito do uso dos dons espirituais. Ouça suas palavras em 1 Pedro 4.11:

“Se alguém fala, fale de acordo com os oráculos de Deus; se alguém serve, faça-o na força que Deus supre, para que, em todas as coisas, seja Deus glorificado.”

O ponto imediato de Pedro era que todos os dons e ministérios na igreja devem ser usados para o objetivo último de glorificar a Deus. Mas o princípio fundamental que Pedro estava aplicando era de que tudo na vida cristã deveria ser feito de uma maneira que honre a Deus e lhe dê glória.

Outras declarações nas Escrituras tornam este princípio geral mais explícito. Um lugar onde vemos isto claramente é em Romanos 11.36, onde Paulo escreveu estas palavras sobre Deus:

“Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente.”

Aqui Paulo expressa grande alegria pelo fato de que tudo é “por Ele e para Ele, significando, entre outras coisas, que tudo deve ser feito para Deus, tendo sua glória e honra como meta final. Paulo, então, enfatiza este ponto exclamando “a Ele seja a glória eternamente”.

Na verdade, este versículo sugere que Deus é finalmente glorificado em tudo o que existe. Seja criando, sustentando, governando, autorizando ou recebendo como serviço em sua honra. Não deveria nos surpreender, então, que Ele aprove as obras que foram intencionadas para trazer glória e que ele condene aquelas que desprezam ou se opõem a sua glória. Deus recompensa e aprova apenas aquelas obras que têm Sua glória como seu objetivo final.

Agora que temos estabelecido uma definição bíblica de Ética Cristã e temos examinado o critério tripartido da Escritura para as boas obras, devemos aplicar estas ideias explicando o processo tripartido pelo qual os cristãos devem tomar decisões éticas.

Ao longo destas lições analisaremos os passos práticos que devemos usar para tomar decisões éticas constantemente.

Neste ponto, porém, podemos esboçar os contornos básicos da abordagem que explicaremos com maior profundidade em lições posteriores.

PROCESSO TRIPARTIDO

Para introduzir nossa abordagem, trataremos sobre três questões. Primeiro, três tendências de grupos cristãos diferentes; segundo, três perspectivas para tomar decisões ética; e terceiro, a interdependências dessas perspectivas. Consideremos primeiro as tendências que os diferentes grupos cristãos têm quando tomam decisões éticas.

TENDÊNCIAS

Há muitas maneiras diferentes em que os crentes tentam tomar decisões éticas na vida, mas eles tendem a cair em três principais categorias. Alguns dão ênfase a nossa consciência cristã e a direção do Espírito Santo insistindo que as ações são boas se estão de acordo com seus indicadores internos. Outros enfatizam a Escritura, insistindo que as ações são boas se elas obedecem aos preceitos das Escrituras, mas são más se não obedecem. Ainda há outros enfatizam o resultado das ações e insistem que as ações são boas se produzem consequências boas e são más se produzem consequências más.

Como temos visto, a Bíblia define boas obras como aquelas que são feitas com o motivo correto, pelo padrão correto e para a meta correta, e de fato, estes três critérios para as boas obras correspondem à ênfase que acabamos de mencionar.

Aqueles que enfatizam a consciência e a direção do Espírito Santo estão primariamente preocupados com o motivo correto. Nós poderíamos dizer que eles consideram primeiro o fato de que as boas obras só podem ser feitas por pessoas boas. Quanto aos juízos éticos eles tendem a fazer perguntas como: “Qual é a minha atitude?” “Eu tenho a maturidade para tomar a decisão correta?” “Eu tenho a capacidade espiritual de aplicar a palavra de Deus à situação?”

Depois tem aqueles que tomam decisões éticas focando no padrão correto. Estas pessoas enfatizam os preceitos da Escritura. Quando enfrentam um problema ético sua primeira pergunta tende a ser: “O que a Palavra de Deus diz?”

Finalmente, aqueles que pensam principalmente nas consequências de suas ações estão principalmente interessados na meta correta. Eles focam na própria situação e fazem perguntas como: “Qual é o problema?” “Quais questões estão envolvidas?” “Quais serão os resultados das possíveis soluções para este problema?”

Estas três direções gerais que os cristãos seguem ao tomar suas decisões ajudará a perceber que essas direções realmente representam três perspectivas essenciais para todas as tomadas de decisões éticas.

PERSPECTIVAS

Em todas estas lições falaremos sobre os juízos éticos ou decisões desta maneira:

O juízo ético envolve a aplicação da Palavra de Deus a uma situação por uma pessoa.

Esta definição liga muitas coisas que já foi afirmado. Mencionamos a Palavra de Deus porque a revelação divina é o padrão ou norma pela qual devemos medir todos os juízos. O termo “situação” nos faz lembrar o problema, a meta e as consequências das soluções que devemos considerar. E mencionamos a uma “pessoa” para enfatizar a importância da natureza, motivo e consciência de uma pessoa ao determinar os cursos corretos de ação. Assim, na verdade estamos sugerindo que as decisões morais podem ser feitas adequadamente somente quando todas as três direções são tomadas em qualquer questão.

Freqüentemente parece ilógico a muitos crentes que coloquemos ênfases relativamente iguais nestes três fatores. Afinal, a maior parte dos círculos cristãos conservadores considera as Escrituras como nossa única regra infalível de fé e prática. Nesse sentido, nós valorizamos o ensinamento das Escrituras sobre acima de qualquer outra consideração que possamos fazer. Isso ajuda a ver que se somos bíblicos em nossa abordagem à ética e se nós seguimos as Escrituras como nossa única regra infalível, então nós veremos que a própria Bíblia nos ensina a considerar não apenas a considerar a Palavra de Deus, mas também a situação e a pessoa quando vemos todo o processo da análise ética.

A ética deve ser abordada em pelo menos três formas diferentes a partir de três diferentes perspectivas. A ética deveria ser abordada a partir da perspectiva da Palavra de Deus, a partir da perspectiva da situação e da perspectiva da pessoa. E biblicamente as percepções de todas as três perspectivas são valiosas. Portanto, a melhor abordagem é fazer ética a partir das três perspectivas e permitir que as características de cada perspectiva informem e influenciem as características da outra.

Falaremos de três perspectivas ou abordagens a respeito do juízo ético: a perspectiva situacional, a perspectiva normativa e a perspectiva existencial. Retornaremos a estas perspectivas muitas vezes nestas lições, mas a partir deste ponto devemos observar a ideia básica de cada perspectiva.

Situacional

Quando nossas perguntas éticas voltam-se para os próprios problemas, ou para as consequências das ações, ou para as metas, nós estamos fazendo ética a partir da perspectiva situacional.

Esta abordagem pode ser chamada “teleológica” porque ela foca no fim ou resultado das ações. Abordar a ética a partir da perspectiva situacional envolve notar as relações dos meios e fins na economia de Deus, fazendo perguntas como: “Qual é o melhor meio de alcançar os propósitos de Deus?” Isto também inclui apelo à conduta moral baseado no exemplo anterior de Deus, Jesus e outros personagens moralmente bons na Escritura.

A própria Escritura freqüentemente adota esta perspectiva e nos encoraja a fazer o mesmo quando nos instrui em tópicos éticos apelando à soberania de Deus, seu controle providencial de sua criação. Isto é particularmente evidente quando ela se refere aos eventos da redenção, ou a tomar Deus, Jesus e outros como modelos para a nossa conduta. Por exemplo, em Romanos 6.2-4, Paulo argumentou que nossa morte para o pecado e nosso morrer com Cristo aconteceram para que um fim específico pudesse ser realizado, ou seja, para que pudéssemos viver moralmente separados do pecado.

*“Como viveremos ainda no pecado, nós os que para ele morremos?
...nós que fomos batizados em Cristo Jesus... para que, como Cristo foi
ressuscitado dentre os mortos... assim também andemos nós em novidade de
vida.”*

Ao dizer isso ele não focou nos mandamentos de Deus ou na influência do Espírito Santo em nossas vidas e consciências, mas nos fatos da situação incluindo os eventos da redenção e os fins para os quais fomos salvos. Paulo também encerrou o Romanos 6 com uma perspectiva situacional sobre a ética.

Ele escreveu estas palavras em Romanos 6.20-22:

*“Porque, quando éreis escravos do pecado, estáveis isentos em
relação à justiça. Naquele tempo, que resultados colhestes? Somente as
coisas de que, agora, vos envergonhais; porque o fim delas é morte. Agora,
porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o
vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna.”*

Paulo encorajou seus leitores a viverem vidas santas, morais, e abster-se dos pecados que uma vez cometeram. Paulo argumentou que vivendo vidas santas eles obteriam vida eterna. Aqui ele também argumentou com base nas consequências, mas desta vez ele focou no prêmio que seria dado em resposta ao viver piedoso.

Pedro também apresentou argumentos situacionais para a conduta moral. Ouça a forma como ele argumentou em I Pedro 2.21-22:

“Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os seus passos.”

Aqui Pedro encoraja os crentes a estarem dispostos a sofrer por causa da justiça e ele não fez isso citando a Escritura ou falando da direção interna do Espírito Santo, mas apelando aos fatos da história da redenção, e especificamente ao exemplo do sofrimento de Jesus na cruz.

Normativa

Talvez a perspectiva mais intuitiva para os crentes é o que chamamos de perspectiva normativa. Normativa se refere ao fato de que a Palavra de Deus é a “norma” ou “padrão” para a ética. Estamos fazendo ética a partir da perspectiva normativa quando consultamos a Bíblia para que ela nos diga o que fazer.

Por exemplo, ao restaurar a adoração adequada a Israel, o rei Uzias instruiu o povo a celebrar a páscoa. Em 2 Reis 23.21, ele lhes recomendou:

“Celebrai a Páscoa ao SENHOR, vosso Deus, como está escrito neste Livro da Aliança.”

Seu argumento não era a história da redenção ou o fato de que a situação deles limitava-os a esta obrigação, ou que Deus interiormente os direcionou a celebrar a páscoa, mas a própria Escritura os direcionou a celebrar este memorial. Seu apelo era às palavras da lei que Deus havia entregado ao seu povo através de Moisés.

O apóstolo João também adotou a perspectiva normativa quando ele apelou ao mandamento de Deus como base para sua crença e conduta em 1 João 3.23:

“O seu mandamento é este: que creiamos em o nome de seu Filho, Jesus Cristo, e nos amemos uns aos outros.”

Novamente, a palavra de Deus era a base para a conduta. Deus ordenou que as pessoas se comportem e creiam de certa maneira, e somente com sua autoridade lhes obrigou a se ajustarem a este padrão moral.

Tendo vista agora as perspectivas situacional e normativa, vejamos, agora, a ética a partir da perspectiva da pessoa, que nós chamaremos de perspectiva existencial.

Existencial

Quando lidamos com a ética fazendo perguntas que são específicas para as pessoas envolvidas, nós estamos fazendo ética de uma perspectiva existencial. Por “existencial” não queremos dizer uma associação desta perspectiva à uma filosofia particular dos existencialistas. Em vez disso, queremos dizer que esta perspectiva vê a ética através das lentes da experiência individual das pessoas. A perspectiva existencial foca no “eu”, em confrontação e interação com Deus. Quando abordamos a ética a partir desta perspectiva, nós não rebaixamos a autoridade de Deus ou exaltamos nossas próprias sensibilidades como nosso padrão final para o que é certo e errado. Pelo contrário,

nós fazemos perguntas como: “Como devo mudar, se eu devo ser santo?”, e prestamos atenção a influências como a direção interior do Espírito Santo e a consciência pessoal santificada.

Assim, vemos que as Escrituras confirmam nossas consciências e a direção interna do Espírito Santo como meios válidos para determinar o que é correto e errado. Junto com as perspectivas situacional e normativa, a perspectiva existencial é uma ferramenta essencial para nós quando buscamos fazer julgamentos éticos.

As Escrituras contêm muitos exemplos desta abordagem a ética, como em 1 João 3.21, onde o apóstolo escreveu:

“Amados, se o coração não nos acusar, temos confiança diante de Deus”.

Seu ponto era que como pessoas redimidas, nossos corações estão em sintonia com o caráter de Deus, e se o amor de Deus habita dentro de nós, seremos capaz de intuir o que é correto e o que é errado. Deus se move dentro de seu povo para lhes dar a convicção interior do certo e errado, e quando reconhecemos este aspecto ao fazer ética, estamos usando a perspectiva existencial.

Nós encontramos o mesmo tipo de pensamento nos escritos de Paulo. Por exemplo, em Gálatas 5 Paulo associou a carne como nossa natureza pecaminosa e listou muitos atos imorais que a carne nos motiva a cometer. Ele também explicou que o Espírito Santo trabalha em nós para produzir coisas moralmente boas tais como amor, alegria e paz. Neste contexto, explicou que os crentes podem realizar boas obras ao obedecer à direção interna do Espírito Santo. Ouça seu ensinamento em Gálatas 5.16:

“Andai no Espírito e jamais satisfareis à concupiscência da carne”.

Uma maneira legítima dos crentes fazerem julgamentos éticos é ouvir o alerta interno do Espírito. E quando fazemos isso, estamos considerando o certo e errado a partir da perspectiva existencial.

Em Romanos 14.5,14, 23 colocou tanta ênfase na perspectiva existencial que insistiu que violar nossas consciências era pecado, ainda que nossas consciências não sejam perfeitas.

“Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente... Eu sei e estou persuadido, no Senhor Jesus, de que nenhuma coisa é de si mesma impura, salvo para aquele que assim a considera; para esse é impura... Aquele que tem dúvidas é condenado se comer, porque o que faz não provém de fé”.

Paulo está falando da comida sacrificada aos ídolos e explicando que era bom para os crentes comerem aquelas comidas sempre e quando em suas mentes eles não pensassem nisso como uma ato de adoração pagã. Mas se suas consciências não lhes permitia comer desta maneira seria pecado para eles comer esta comida.

É interessante que no contexto deste capítulo, Paulo defendeu que se a questão fosse vista simplesmente a partir das perspectivas normativa e situacional, a maioria dos crentes seria inclinada a comer esta comida. Mas ele também insistiu que os crentes considerassem o ponto de vista da perspectiva existencial, e que não comessem a menos que eles chegassem a mesma conclusão a partir das três perspectivas.

Agora que apresentamos as perspectivas situacional, normativa e existencial na ética, devemos investir algum tempo observando a maneira como estas três perspectivas interagem e dependem uma da outra.

INTERDEPENDÊNCIA

As três diferentes perspectivas a partir das quais nós podemos analisar a ética não são partes constituintes separadas. Antes, cada perspectiva é o todo da ética vista de um ângulo ou outro.

Devo admitir que a princípio isso pode ser um pouco confuso. Afinal, pareceria que alguns exemplos que nós já demos nesta lição empregam somente uma perspectiva no momento. Mas na realidade, todos os exemplos envolvem todas as três perspectivas. Nós simplesmente escolhemos exemplos onde uma perspectiva é exibida mais proeminentemente a fim de ressaltar as diferenças entre as três. A verdade da questão é que nenhuma perspectiva deveria funcionar isolada das outras.

Em primeiro lugar, considere o que está envolvido na perspectiva situacional. A situação implica todos os fatos pertinentes das questões éticas que estamos considerando, inclusive as pessoas envolvidas no assunto e na palavra de Deus que é o padrão pelo qual os assuntos devem ser avaliados. Se não fosse pelas pessoas não haveria ninguém para fazer perguntas éticas, e se não fosse pela revelação de Deus nada se saberia sobre os fatos em primeiro lugar. Em outras palavras, mesmo quando avaliamos questões éticas a partir da perspectiva situacional, nossas investigações sempre devem incluir considerações pessoais e normativas. É seguro dizer que a menos que nós vejamos a situação à luz da palavra de Deus, e a menos que entendamos como a situação nos afeta como pessoas, não temos entendido corretamente a situação.

O mesmo é verdadeiro quando falamos da perspectiva normativa. Se não podemos aplicar as palavras da Escritura às nossas situações e a nós mesmos, realmente não temos entendido a Escritura. Considere o homem que diz: “Eu sei o que não roubarás significa, mas não sei como isso se aplica a mim ou aos fundos que desviei de meu patrão”. Esta pessoa certamente não tem um conceito adequado das palavras “não roubarás”. Ele afirma entender as exigências normativas, mas sua falha em ser capaz de compreender o contexto situacional para o qual isto se aplica demonstra que na realidade ele apenas tem uma pequena ideia do que a Bíblia requer.

E, é claro, o mesmo pode ser dito sobre a perspectiva existencial. Não podemos entender corretamente o eu a menos que o vejamos no contexto da situação e corretamente interpretada pela palavra de Deus. Nossa consciência deve ser guiada pela Escritura se queremos intuir corretamente. E também devemos saber os fatos de uma situação antes que nossa consciência possa assinalar nossas responsabilidades devidamente.

Assim, cada perspectiva precisa considerar as outras. Se nós aplicamos perfeitamente qualquer perspectiva, ela nos mostrará as mesmas características que podemos obter das outras duas. O problema é que nós não somos seres humanos perfeitos com percepção perfeita das características anteriores. Por esta razão, nós geralmente não vemos questões existenciais e situacionais muito claramente quando analisamos as questões a partir de um ponto de vista exclusivamente normativo. E normalmente não entendemos bem questões normativas e existenciais se nós adotamos apenas a perspectiva situacional. E, é claro, também é verdadeiro que se só olharmos os aspectos existenciais das questões éticas, nós raramente chegaremos a conclusões corretas com relação a questões normativas e situacionais.

Se pudessemos pensar sobre a ética perfeitamente, todas as três perspectivas sempre dariam exatamente as mesmas conclusões e visões. Mas já que não somos perfeitos, devemos nos aproveitar das três perspectivas para ter toda a informação possível sobre os problemas éticos. Usando as três perspectivas, podemos prover para nós mesmos o controle e o equilíbrio às características de qualquer uma das perspectivas.

CONCLUSÃO

Nesta lição, introduzimos o assunto da Ética Cristã ao defini-la como o todo da teologia visto a partir de seus aspectos éticos. Nós também explicamos o critério tripartido da Bíblia para as boas obras. Por fim, sugerimos o modelo bíblico para tomar decisões éticas, que levam em consideração os benefícios de enfatizar o equilíbrio das perspectivas normativa, situacional e existencial.

Tomar decisões bíblicas no mundo moderno pode ser extremamente desafiador. Nós constantemente nos sentimos arrastados por uma variedade de influências, muitas das quais não reconhecem a autoridade de Deus e não se importam com sua bondade. Mas como cristãos devemos afirmar a bondade de Deus e devemos segui-la em nossas decisões éticas. E uma maneira muito útil de fazer isto é através do uso das perspectivas normativa, situacional e existencial da ética.

Quando incorporamos estas perspectivas em nosso pensamento, nos preparamos para avaliar problemas éticos complexos e tomar sábias decisões bíblicas.